



PASTORAL DA TERRA

Janeiro a Março de 2022 Ano 47 – Nº 253

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia/H3000

Chuva de veneno no Cerrado



Págs.: 8 e 9

*A impunidade segue
fazendo vítimas no
campo paraense*

Pág.: 7



Foto: Divulgação

EDITORIAL

Lutas, Resistências e Direitos

Estamos iniciando 2022. Um ano que, com certeza, será marcado por muitas lutas, resistências e busca de direitos. 2022: um ano de Lutas

Nossa CPT e os povos com os quais buscamos servir, viveremos um 2022 marcado por muitas Lutas. Luta pela Terra, pelo Território, pela Água. Mas, também, Lutas pela Vida, pela Saúde, pela igualdade, pela justiça, pela paz no campo e na cidade.

2022: um ano de Resistências

Resistir para continuar na terra; resistir para conquistar a terra; resistir para que nossas águas não sejam envenenadas; resistir para que a natureza, nossos biomas sejam preservados.

2022: um ano de busca de direitos

“Nosso direito vem, nosso direito vem; se não vem nosso direito, o Brasil perde, também”, assim cantamos em nossos encontros e celebrações. Este ano, com certeza, vamos ter que defender direitos já conquistados, recuperar direitos que nos foram roubados e conquistar direitos que nos estão sendo negados. Para isto faz-se muito necessário a organização, a articulação e a incidência política.

A CPT não existe para substituir as Comunidades, as Pessoas, as Organizações Populares. Nós nascemos e existimos para estar com os pequenos agricultores, com os ribeirinhos, com os quilombolas, com os sem-terra, com os indígenas, com os seringueiros, ajudando na sua organização, somando forças em suas lutas e apoiando em suas buscas por direito.

“A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha”, conforme texto do histórico da Pastoral no site www.cptnacional.org.br.

Queremos saudar e agradecer a cada Agente da CPT, voluntário ou liberado. O serviço de vocês é de fundamental importância para a nossa CPT alcançar seu objetivo pastoral e estatutário. O objetivo pastoral é ser um serviço da Igreja. É ser “convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus”; o objetivo estatutário é “ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo”.

Que nosso Deus, nos dê força, coragem e sabedoria. Força para a gente lutar, coragem para a gente resistir e sabedoria para a gente saber o que fazer para manter, conquistar e defender nossos direitos.

Continuaremos nossa luta pela terra e território para que possamos ficar na terra onde estamos, para conquistar a terra que precisamos para nela viver e trabalhar, para resistir contra todos os ataques a este sagrado direito: ataques pelas mudanças na legislação que prejudicam os pequenos, as minorias, os povos originários e tradicionais; ataques pelas invasões dos garimpeiros e dos latifundiários do agronegócio; ataques pela destruição de nossos biomas, especialmente o cerrado e a Amazônia; ataques pelas decisões judiciais que favorecem os despejos e expulsam da terra e do território, milhares de famílias; ataques por parte dos que veem a terra, o território e as águas, apenas como fonte de lucro.

O que nos sustenta nas lutas, nas resistências e na busca de direitos é nossa fé. Fé em um Deus Libertador e um Deus criador de tudo, gerador da vida. É este Deus que nos chama, como chamou Moisés (Ex 3,4) e nos envia, como enviou Moisés (Ex 3,10) para libertar o povo que vive na opressão, na escravidão.

“Moisés hoje é a gente quando enfrenta o opressor” (Canto de Zé Vicente). Como Moisés vamos ter que enfrentar os Faraós de nossos tempos que só querem explorar e fazer sofrer e morrer nosso povo pela fome, pela covid, pela violência das armas, pela violência do poder podre, que fere e que mata, retirando direitos, modificando a legislação, desrespeitando a Constituição Federal do Brasil e de nossos Estados. Não foi fácil para Moisés e não é fácil para nós. Mas, Moisés conseguiu libertar o povo da escravidão do Egito. Nós temos tudo para, também, colaborar na libertação de nosso povo. Libertar nosso povo do medo, da desorganização, das notícias falsas, dos politiquinhos, das falsas lideranças religiosas, “do esquadrão da morte, dos prevaletidos”.

Temos um outro desafio em 2022, as eleições para a presidência da república, para governadores dos Estados, para a Assembleia Legislativa dos Estados e para a Câmara Federal e o Senado. A CPT não tem candidato, mas vamos sim ajudar a realizar uma mudança nos rumos de nosso país e, conseqüentemente, de nossos Estados. Com a 6ª. Semana Social Brasileira vamos fazer um mutirão para que a partir das eleições deste ano construamos o Brasil que queremos e os Estados que queremos. Vamos ajudar na reflexão, na elaboração deste projeto, fazendo com que candidatos e candidatas se comprometam com a defesa da Terra, do Território e das Águas, para salvaguardar nossos povos; comprometam-se com a reforma agrária, com o respeito às terras indígenas e quilombolas, aos pescadores artesanais e aos seringueiros.

A Igreja e nela nós da CPT trabalhamos pelo bem comum, queremos fazer a melhor política acontecer (cf. o capítulo V da Carta Encíclica Fratelli Tutti do Papa Francisco). No Livro “Vamos sonhar juntos”, o Papa Francisco afirma que “o bem comum é o bem que todos partilhamos, o bem de seu povo no todo, do mesmo modo que os bens que possuímos em comum deveriam ser para todos. Quando investimos no bem comum, ampliamos o que é bom para todos” (página 61).

É assim que queremos viver a política; é assim que queremos que seja a política no Brasil; é neste princípio do bem comum que queremos fazer incidência política e trabalhar para que as eleições deste ano possam fazer do Brasil um país onde o bem comum seja colocado acima de qualquer outro interesse.

Vamos continuar rezando através do canto do Pai Nosso dos Mártires: “Pai Nosso revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos”. Este nosso Deus nos abençoe todos os dias deste novo ano!

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, SDV
presidente da CPT



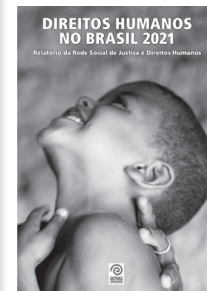
PUBLICAÇÕES

A escravidão na Amazônia:
livro denuncia quatro décadas
de exploração na região

Violências psicológicas e físicas e assassinatos são as verdadeiras marcas dos projetos desenvolvimentistas patrocinados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, criada pela ditadura civil-militar (1964-1985). Esse é o mote do livro recém-lançado pela editora Mauad X, A escravidão na Amazônia, que detalha quatro décadas da exploração na região a partir de depoimentos de fugitivos e libertos de fazendas no sul do Pará.

Colhidos por militantes sociais e agentes de pastoral que resistiam na região, os relatos mostram que o projeto de “ocupação” da Amazônia foi um desastre absoluto tanto do ponto de vista ambiental, trabalhista e da concentração fundiária. Além de ter alimentado com dinheiro público, práticas de trabalho escravo.

A obra é assinada pelos pesquisadores Ricardo Rezende Figueira, Adônia Antunes Prado e Rafael Franca Palmeira, que combinam também suas impressões sobre o tema. Trata-se de estudo desenvolvido a partir de documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que nas décadas de 1970 e 1980 era uma das poucas instituições que denunciavam os crimes no campo. O livro também tem como fonte, acervos do grupo de pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado por Figueira nos anos 2000. (Via RBA)

Direitos Humanos no Brasil 2021:
Relatório da Rede Social de Justiça
e Direitos Humanos

Esperança. O verbo utilizado por Paulo Freire, que significa agir para conquistar o futuro, norteia o livro Direitos Humanos no Brasil 2021. Lançado no dia 06 de dezembro de 2021, o relatório já está disponível e pode ser acessado gratuitamente. No ano em que a pandemia da covid-19 se agudizou no Brasil, com mais de 600 mil vidas perdidas, as/os 46 autoras e autores dos 32 artigos que compõem esta edição analisam os direitos humanos a partir da perspectiva dos movimentos e organizações sociais. O livro traz denúncias e aponta propostas para fortalecer a solidariedade e a resistência, o que nos garante o esperança.

Para reagir aos impactos da política governamental genocida – que terão conseqüências de longo prazo para toda a sociedade –, o livro traz análises sobre as origens da militarização no Brasil e suas atuais conseqüências. Outros temas centrais estão relacionados com a repressão contra povos indígenas, quilombolas e camponeses, como resultado do avanço do agronegócio, que destrói a biodiversidade, as terras, as fontes de água e as florestas. Diante deste contexto, o livro traz propostas para ampliar a organização da sociedade, compreendendo a conjuntura atual e histórica. Esta edição de Direitos Humanos no Brasil homenageia os 100 anos do nascimento de Paulo Freire e é dedicada a Frei João Xerri, simbolizando a esperança e solidariedade.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Sílvio Guterres

Coordenadores Nacionais
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichinieski
Ronilson Costa

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Andressa Zumpano
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

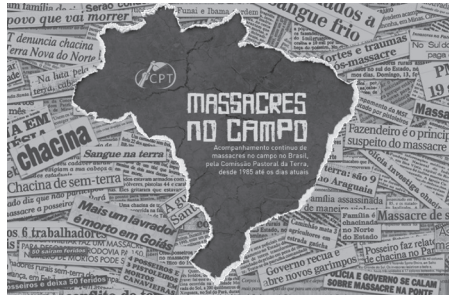


ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência 4520
Operação 003
Conta/DV 648-6
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000 0006 486C 1
SWIFT da CEF: CEFXBRSP
Razão Social COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CNPJ / PIX: 02.375.913/0001-18
Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.000 exemplares



Lançamento da nova página web "Massacres no Campo"



Em nova crescente de massacres dos últimos 20 anos, 50 pessoas foram fatalmente vitimadas de 2017 até hoje. O aumento da violência que coincide com a atual crise democrática no país é retratado na nova página "Massacres no Campo" da CPT. A página, lançada em 14 de dezembro de 2021, tem como objetivo trazer mais visibilidade a todos os Massacres no Campo ocorridos a partir de 1985 até os dias atuais, alertando a sociedade que este tipo de crime. "É um rito de passagem para o genocídio", como registrou Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Esse registro é feito pelo Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino - CEDOC, totalizando o expressivo número de 293 vítimas fatais em 36 anos. Os registros apontam 56 massacres no campo, ocorridos em todas as regiões do Brasil. No ano de 2021, esta página dedicada ao tema, passa por reformulação, trazendo elementos interativos e contextuais de exposição dos registros desse tipo de conflito. Nela, um marco memorial anual exposto em mapa interativo, destacando os massacres emblemáticos que fazemos memória no ano corrente.

Este marco memorial dos Massacres no Campo, surge como sinal de continuidade e perspectiva para o não esquecimento. Continuidade porque, mesmo se consolidando como uma prática de violência que marca o país desde o seu processo de colonização e atravessa séculos, se perpetua e reconfigura até os dias atuais, demonstrando sua permanência como instrumento de manutenção das estruturas de dominação fundiárias no Brasil. Por outro lado, evoca-se memória por todos que fatalmente foram vitimados em episódios de massacres, para que esses crimes não permaneçam nos espaços da impunidade no campo jurídico.

Accesse: www.cptnacional.org.br/massacresnocampo

Camponeses se formam em primeira turma de Direito da Terra no Pará

No dia 08 de janeiro de 2022, ocorreu a cerimônia de colação de grau da primeira turma de Direito da Terra no estado do Pará. Graduação especial em direito para os povos do campo e de territórios tradicionais, oferecido pela Unifesspa – Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, instituição que já tem tradição em cursos especiais para educação do campo.

A turma de Direito da Terra que se formou no Pará tem o nome de "Frei Henri Burin des Roziers", uma homenagem à história permanente de luta do religioso na defesa e promoção dos direitos humanos, na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Frei Henri atuou



Foto: Divulgação

como advogado na Comissão Pastoral da Terra, na região do Bico do Papagaio no Tocantins e nas regiões sul e sudeste do Pará, desde a década de 1980.

Romaria pela ecologia integral Brumadinho

Brumadinho e a bacia do Paraopeba receberam a III Romaria pela Ecologia Integral, entre os dias 22 e 27 de janeiro de 2022, com o lema "Memória e Justiça". Este ano, a programação foi dividida entre ações presenciais e virtuais, com presença de organizações nacionais e internacionais.

Realizada pela Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (RENSER), da Arquidiocese de Belo Horizonte (MG),



Foto: Guaicuy

junto às pastorais e movimentos sociais, Assessorias Técnicas Independentes, ONG's, entidades da sociedade civil organizada, e com a participação fundamental de atingidos e atingidas, a III Romaria busca manter viva a verdade e a memória e lutar por justiça para todas as vítimas desse crime.

Este ano a Romaria começou no acolhimento das vítimas das enchentes em Brumadinho e ao longo da bacia do Paraopeba. Para as pessoas atingidas, é impossível não reviver a dor da lama de 25 de janeiro de 2019, especialmente agora que os rejeitos da mineração voltaram à superfície. O crime do rompimento da barragem causado pela Vale e Tuv Sud no Córrego do Feijão se renova. Três anos depois, cabe à população retirar a lama que foi mais uma vez lançada sobre suas casas, cultivos, corpos e almas.

Relatório aponta impactos irreversíveis ao meio ambiente

Lançado na última semana de fevereiro, o segundo volume do 6º Relatório do IPCC, painel de mudanças climáticas das Nações Unidas, alerta que as taxas de mortalidade por eventos extremos foi 15 vezes maior em regiões mais vulneráveis na última década e que a temperatura global ultrapassará 1,5° C nos próximos 20 anos. "O relatório do IPCC de hoje é um Atlas do sofrimento humano é um testemunho constrangedor de falta de liderança climática", declarou um exasperado António Guterres, secretário-geral da ONU, durante entrevista coletiva que apresentou os dados.

O relatório evidencia que em biomas como a Amazônia, os impactos da mudança do clima e do desmatamento se somam em uma equação que trará "perdas para produzir outras perdas severas e irreversíveis de serviços ecossistêmicos e biodiversidade", com os altos índices de superaquecimento do planeta.

Outro grande destaque é como



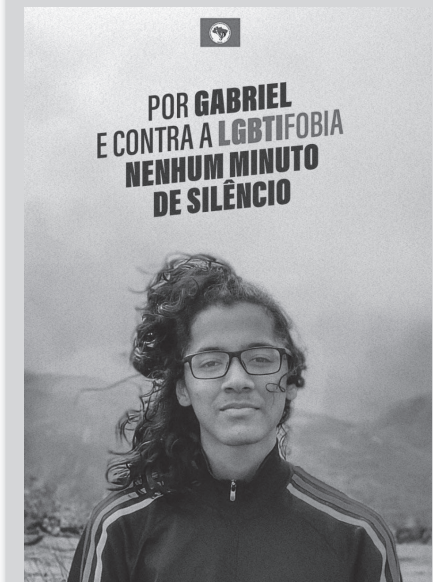
Foto: Mazon

os eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes expuseram milhões de pessoas à insegurança alimentar e hídrica, com os maiores impactos observados na África, na América Latina, na Ásia, nos pequenos países insulares e no Ártico. Aumentando casos de desnutrição, sobretudo entre idosos, crianças, mulheres grávidas e indígenas. Mesmo em um cenário devastador, o relatório aponta que a humanidade já tem feito algumas ações de adaptação que mitigam esses grandes impactos climáticos. No entanto, agem em pequena escala diante do processo de devastação dos biomas.

A turma que teve início em 2016, formou 42 alunos, filhos e filhas de assentados da reforma agrária, além de quilombolas, ribeirinhos, e de comunidades tradicionais de quatro estados (Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso).

A cerimônia de colação de grau aconteceu no estacionamento do Campus I da Unifesspa em Marabá (PA), unidade onde o curso se realizou. Respeitando todas as normas sanitárias, familiares e apoiadores acompanharam o evento que contou com uma mesa de formatura onde estiveram presentes membros da reitoria da Unifesspa e do Instituto de Estudos em Direito e Sociedade (IEDS).

Jovem militante sem-terra e LGBTQIA+ é encontrado morto no ES



O jovem sem-terra Gabriel de Souza Araújo, de 21, anos foi encontrado morto no município de Nova Venécia, no Espírito Santo. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ele morou no acampamento capixaba Ondina Dias, onde participou da organização de uma biblioteca comunitária e estudou no Curso de Formação de Formadores em Agroecologia. O corpo de Gabriel foi encontrado por moradores no rio Cricaré, no dia 16 de janeiro de 2022. A polícia identificou sinais de uma pancada na cabeça do jovem. O MST não descarta a possibilidade de que ele tenha sido vítima de LGBTQIAfobia e cobra investigações às autoridades.

"É com muita tristeza e indignação que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Espírito Santo MST/ES, denuncia a suspeita de assassinato de Gabriel de Souza Araújo", alerta a militância em nota publicada pelo movimento.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Criança de 9 anos é assassinada em ataque à família de líder comunitário de Barreiros, Mata Sul de Pernambuco

“O sangue de um inocente é semente de união e de luta por justiça”. Essa foi a frase que ecoou nas últimas semanas na comunidade do Engenho Roncadorzinho, município de Barreiros, Mata Sul de Pernambuco. Os dizeres revelam a perplexidade e a revolta diante de um crime brutal ocorrido no local dia 10 de fevereiro de 2022. Na data, a violência no campo fez mais uma vítima: Jonathas de Oliveira. Uma criança de nove anos.

RENATA ALBUQUERQUE*

O assassinato do garoto ocorreu durante um ataque à casa do seu pai, o trabalhador rural Geovane da Silva Santos, presidente da Associação dos/as agricultores/as familiares do Engenho e uma das principais lideranças da comunidade. Na ocasião, sete homens armados invadiram a residência da família por volta das 21h00 e atiraram contra a liderança, que foi atingida de raspão no ombro, mas conseguiu escapar para procurar ajuda. Os criminosos, então, decidiram disparar contra o filho do agricultor, que, com medo do ataque, havia se escondido debaixo da cama com a mãe. O crime chocou a região e transformou a rotina da família e da comunidade. Ao lado do medo e da dor, o grito de indignação e a luta por justiça. “Eu só peço que as autoridades tomem uma providência”, clamou o agricultor Geovane da Silva.

A comunidade onde Jonathas morava é marcada por tensões e conflitos por terra

Por esse motivo, o assassinato da criança jogou luzes sobre os patamares insustentáveis da violência e dos conflitos agrários que eclodem na Mata Sul de Pernambuco, os quais já vinham sendo alertados há vários meses por organizações sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Trabalhadores/as Rurais Agricultores/as Familiares de Pernambuco (Fetape).

Roncadorzinho é formada por 76 famílias agricultoras posseiras que vivem há várias décadas em uma área da antiga Usina Santo André, falida há 22 anos. Com a paralisação das atividades sucroalcooleiras, e sem receber direitos trabalhistas, as famílias mantiveram-se na terra, mas, nos últimos anos, passaram a enfrentar a violência de grupos que arrendaram a área. Nos últimos meses, intimidações, ameaças de despejo, destruições de lavouras e contaminações de fontes de água foram algumas das violências denunciadas pela comunidade aos órgãos públicos.

Situações como a vivida pela comunidade de Roncadorzinho são enfrentadas, também, por mais de 1.500 famílias camponesas posseiras em, no mínimo, oito municípios da Mata Sul. Essa região é historicamente marcada pelo domínio sucroalcooleiro. Contudo, a partir da década de 1980, o setor passou a enfrentar uma crise econômica que culminou com a falência e o fechamento da maior parte das Usinas produtoras de açúcar e álcool do estado. Mais recentemente, as terras ocupadas, em grande parte, por famílias credoras dessas empresas, passaram a ser alvo de disputas envolvendo empreendimentos imobiliários e da pecuária, denunciados sob a acusação de ligação com milícias privadas, especulação imobiliária, sonegação fiscal, fraude contra credores e arrematações fraudulentas em leilões de terras.

A extensão e gravidade das ameaças diárias à vida das famílias camponesas

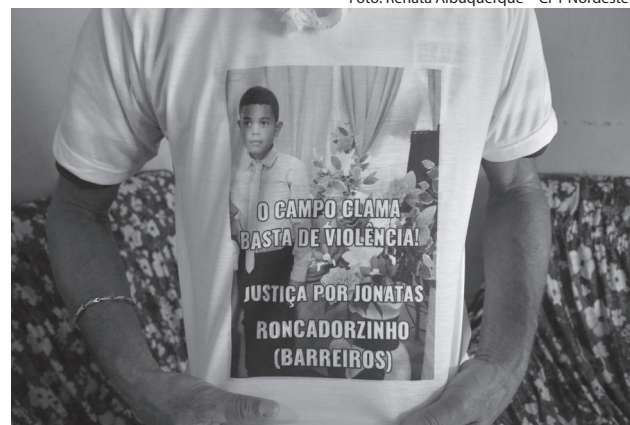


Foto: Renata Albuquerque - CPT Nordeste II

posseiras da região foram reconhecidas pelo Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, após o assassinato de Jonathas. Como medidas imediatas, o governo decretou a criação da Comissão Estadual de Acompanhamento dos Conflitos Agrários de Pernambuco (CEACA/PE) e o Programa Estadual de Prevenção de Conflitos Agrários e Coletivos (PPCAC).

Investigações - Uma semana após o crime, no dia 17 de fevereiro, ainda na

fase inicial do inquérito, a Polícia Civil anunciou a prisão e a apreensão de suspeitos de envolvimento no assassinato da criança e na tentativa de homicídio do seu pai. Mas a conclusão das investigações policiais se dará apenas no mês de abril. A CPT e a FETAPE acompanham o caso e vêm prestando solidariedade à família da criança e à comunidade. Em nota, as organizações cobraram das autoridades públicas e policiais rigorosa apuração do assassinato: “continuaremos acompanhando as investigações desse crime hediondo, exigindo rigor e imparcialidade na condução do inquérito, sendo certo que, independentemente da motivação, é inadmissível e repugnante a invasão da casa de uma família e a execução cruel de uma criança. Seguimos firmes na defesa dos direitos e da vida dos povos do campo. Que nenhum sangue seja derramado nas terras de quem sonha por justiça, terra e paz”, afirmam.

Acidente com vítimas fatais na Zona da Mata de Pernambuco revela condições precarizadas do trabalho no setor sucroalcooleiro

Dezoito trabalhadores rurais voltavam pra casa após uma manhã de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar da Usina União, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Por volta de meio dia, o veículo que os transportava caiu em uma ribanceira de aproximadamente 30 metros de altura, causando a morte dos trabalhadores Ednaldo de Oliveira Belo, 43, e Israel José do Nascimento, 37. Os demais ficaram feridos ao serem arremessados ou ao pularem do veículo em movimento. Era uma terça-feira, 18 de janeiro de 2022. Os trabalhadores estavam sendo transportados sem nenhuma proteção na carroça de um treminhão - veículo usado para carregar cargas pesadas.

Rotina de desrespeito aos direitos, à dignidade e à vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais - O fato abalou as famílias do município de Escada, onde residia a maior parte das vítimas do acidente, e reacendeu o alerta sobre as condições degradantes e precarizadas do trabalho no setor sucroalcooleiro na Zona da Mata do estado.

Atentados contra o direito e a dignidade de trabalhadoras e trabalhadores rurais empregados nas Usinas da região, como a União, vêm sendo denunciados por organizações sociais e Sindicatos de Trabalhadores(as) Rurais há vários anos, mas a impunidade e a ausência de fiscalização agravam o contexto de violações de direitos e de desrespeito à vida, alertam

lideranças sindicais da localidade. A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape) e a CPT Nordeste II emitiram nota em solidariedade às famílias das vítimas e cobraram apuração rigorosa do fato. “Esse tipo de transporte é uma velha prática das usinas, que coloca em risco a vida dos(as) trabalhadores(as) e é proibido na lei. Cobramos das autoridades competentes que os responsáveis sejam punidos e que seja feita uma maior fiscalização para coibir e punir as empresas que utilizam esse transporte ilegal”, ressaltou, em nota, a Fetape.

*Assessora de Comunicação da CPT Nordeste II

MEMÓRIA

25 anos “De olho aberto para não virar escravo”

BRÍGIDA ROCHA DOS SANTOS*
FRANCISCO ALAN
SANTOS LIMA**

Comprometida com o Deus dos pobres “e os pobres da terra”, a CPT se caracteriza por sua fidelidade incondicional ao projeto libertador de Deus no anúncio da Boa Nova e na denúncia das injustiças de tantos faralhões que não querem ver seu povo livre da escravidão.

Há quase 50 anos, a embrionária CPT iniciava uma verdadeira cruzada contra a escravidão contemporânea no Brasil. Não por acaso, retomando após quatro séculos o grito acusatório de Antônio de Montesinos (“Estos no son hombres?”), Pedro Casaldáliga se tornou um dos pais fundadores da Comissão Pastoral da Terra. E em abril de 1997, 25 anos atrás, movidos pela mesma indignação profética, frei Henri des Roziers e as equipes da frente pioneira da região Araguaia-Tocantins colocaram essa nossa CPT em campanha, uma Campanha Nacional, forjando este lema que continua absolutamente atual hoje: “De Olho Aberto para Não Virar Escravo!”.

Memoriar essa caminhada “é um exercício que nos convida a despertar, mobilizar, acordar” frente aos inúmeros desafios das precárias e intoleráveis vulnerabilidades que tantos trabalhadores e trabalhadoras sofrem, devido a uma economia que se sustenta na desigualdade, no uso da violência, no desmonte dos direitos, na destruição do meio ambiente, na contaminação dos rios, territórios com uso de agrotóxicos e na mercantilização da vida.

Infelizmente estamos vivenciando momentos de incertezas, de dor, frente à pandemia e uma decadência social promovida pelo governo Bolsonaro, materializada no aumento

gritante da pobreza, da fome e da miséria, agregadas às violações de direitos em dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas, e toda essa somatória implica nos riscos da invisibilidade e permanência do trabalho escravo.

No decorrer da caminhada dessa jovem e permanente Campanha podemos destacar diversas conquistas e experiências vivenciadas, uma das principais é o protagonismo de muitos trabalhadores e trabalhadoras que denunciando ou organizados na luta, cobram seus direitos e somam forças na vigilância preventiva contra a escravidão. Podemos destacar alguns exemplos, como o Assentamento Nova Conquista no Piauí, que

por meio da organização das famílias lutaram por um pedaço de terra e ali residem, moram e plantam sem a necessidade de migrarem mais de forma forçada; a saga da trajetória dos trabalhadores/as do caso da Fazenda Brasil Verde que levou à condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos; as grandes mobilizações em torno da aprovação da PEC que expropria as terras flagradas com trabalho escravo tanto no meio rural ou urbano; a participação nas COETRAE’s e CONATRAE; o desenvolvimento do Programa RAICE (Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão) que tem como foco a mobilização e organização comunitária no enfrentamento das raízes geradoras da escravidão; a contribuição em diversos mecanismos



com o objetivo de inibir e combater o trabalho escravo como a “lista suja” e o Fluxograma de atendimento às vítimas do trabalho escravo. Essas foram algumas das conquistas, muitas delas regadas de dor e sofrimento, mas que alimentadas pela sede de justiça proporcionaram a mobilização na construção de políticas públicas no enfrentamento ao trabalho escravo.

A Campanha da CPT nunca esteve sozinha nessa luta incansável, temos o profetismo dos/as diversos/as agentes da Pastoral, a participação dos/as trabalhadores/as, o apoio e parcerias construídas com outras instituições que se integraram nessa jornada desde o início, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB e a Repórter Brasil, que foram e permanecem essenciais nessa

grande ciranda da defesa da vida.

A luta também se faz celebração, regada por teimosa esperança. Dentre as diversas ações celebrativas desses 25 anos de caminhada destacamos os preparativos da *Semana Nacional de Comunicação contra o Trabalho Escravo*, que tem como pano de fundo a data do 13 de maio, com objetivo de refletir sobre a “falsa abolição da escravatura”, a invisibilidade do trabalho escravo, o racismo; a participação da Campanha na construção e mobilização do lançamento do Filme *Pureza no Brasil*, previsto para ser lançado no dia 05 de maio em todos os cinemas e, pôr fim, a participação na Romaria dos Mártires em Ribeirão Cascalheira (MT).

Certamente serão momentos de muita emoção, memórias, escutas, cuidados e rebeldias. De olhos abertos queremos permanecer lutando, sendo vigilantes, criando condições, ampliando nossas ações, apoiando a organização comunitária e o trabalho de redes locais de vigilância, cobrando programas e políticas públicas que possam não apenas mitigar, mas arrancar as raízes geradoras da escravidão. Que as palavras do Papa Francisco permeiem nossa missão no cuidado com a vida, “Que o cuidado aflore em todos os âmbitos, que penetre na atmosfera humana e que prevaleça em todas as relações! O cuidado salvará a vida, fará justiça ao empobrecido e resgatará a Terra como pátria e mátria de todos e todas”.

*Agente da CPT no Maranhão /
**Agente da CPT no Pará

PROJETOS DE MORTE

Agenda prioritária de Jair Bolsonaro ameaça a sociobiodiversidade do país

Mineração em terras indígenas, regulamentação da grilagem de terras e flexibilização de licenciamentos ambientais estão entre as pautas prioritárias do Governo Federal para 2022.

ANDRESSA ZUMPARO*

No dia 9 de fevereiro, o governo federal emitiu uma lista das propostas prioritárias para votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em 2022, trazendo ações em diversas áreas, como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, segurança pública e social.

A Portaria nº 667/2022, assinada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, expôs a agenda legislativa prioritária do governo de Jair Bolsonaro para este ano, que é o último de seu atual mandato, composta pela indicação de 45 projetos de lei.

O documento funciona como uma sugestão do Executivo para o Legislativo, sendo dividido em grupos, onde algumas pautas assumem efeito de urgência pois já se encontram em trâmite de votação e só dependem da aprovação das casas legislativas para serem sancionadas.

A lista dá seguimento aos consecutivos desmontes das instituições públicas e ataque direto aos direitos dos povos e comunidades tradicionais e do campo, pois coloca em evidência pautas como o avanço e a regulamentação da mineração em terras indígenas, ampliação no uso de agrotóxicos, entre outros.

Abaixo os principais destaques e projetos de lei na lista prioritária do governo federal, que impactarão o meio ambiente, territórios tradicionais e do campo:

Mineração em terras indígenas

O PL 191/2020 traz em seu texto um dos temas com maior evidência na agenda ambiental do governo, a proposta da regulamentação da atividade mineradora em terras indígenas, sobretudo o garimpo.

O texto "regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indí-



Foto: Andressa Zumpano

genas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas", como informa o Portal da Câmara dos Deputados.

O PL pretende aplicar uma autorização provisória para mineração e garimpo em terras não homologadas, sem votação no Congresso Nacional, a despeito do que propõe a Constituição Federal. Essa medida também prevê exploração em territórios com a presença de indígenas isolados, já que muitos deles não possuem processo de demarcação conclusos, tendo apenas uma portaria de interdição de área.

O Governo Federal tem apressado a votação do PL, utilizando a atual Guerra da Ucrânia como justificativa. A urgência na votação foi expressa em entrevista de Jair Bolsonaro à Rádio Folha de Roraima, essa "questão da crise entre Ucrânia e Rússia da crise apareceu boa oportunidade para a gente. Temos um projeto que permite explorarmos terras indígenas de acordo com interesse dos índios. Por essa crise internacional, da guerra, o Congresso sinalizou em votar esse projeto em regime de urgência. Espero que seja aprovado na Câmara já agora em março".

Em Nota divulgada no dia 7 de março, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e organismos da Igreja do Brasil denunciaram a manobra do governo para aprovação do Projeto de Lei, "ministros e lideranças do governo falam há dois anos em 'passar a boiada' enquanto o povo está 'distraindo' e que agora, com o planeta olhando com atenção à guerra que

acontece na Europa, parlamentares governistas querem apreciar em regime de urgência essas proposições, a começar pelo PL 191/20". Diversos artistas, organizações e movimentos sociais, a partir do chamado do cantor Caetano Veloso, realizaram no dia 9 de março o "Ato pela Terra", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com o intuito de barrar esse projeto que seria desastroso para o Brasil. À revelia das milhares de pessoas que se concentravam no local, ao mesmo tempo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, votou a toque de caixa a urgência na votação do PL, que acabou aprovada.

Fim do licenciamento ambiental?

Mais um projeto subsidiado pela bancada ruralista foi aprovado na íntegra na Câmara dos Deputados e agora irá para análise no Senado Federal. A redação final do PL 3729/2004 foi aprovada por 290 a 115 votos e impôs uma série de mudanças nas regras de licenciamento ambiental no Brasil.

Entre os destaques do texto, alguns empreendimentos poderão emitir a chamada Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que funciona como um auto-licenciamento, são estes: obras de duplicação, ampliação e pavimentação de rodovias, construção de linhas de transmissão de energia, entre outros.

O projeto também retira do ICM-

BIO, e órgãos de fiscalização estaduais e municipais, a condição de autorizar ou não a construção de empreendimentos em zonas de conservação ou amortecimento, outro grande impacto à sociobiodiversidade e aos territórios tradicionais e indígenas.

Regularização Fundiária

Aprovado em agosto de 2021 no plenário da Câmara dos Deputados e atualmente em trâmite no Senado, o PL 2633/20, conhecido como PL da Grilagem, flexibiliza as regras de regularização fundiária de terras públicas federais, permitindo que áreas invadidas ou ocupadas irregularmente podendo medir de 5 a 660 hectares sejam regulamentadas.

A medida também altera de 4 para 6 módulos fiscais o tamanho da propriedade ocupada, que poderá ser regularizada sem realização de vistoria obrigatória pelo INCRA.

Já o PLS 510/2021, que tramita no Senado, traz como proposta estabelecer um novo "marco temporal" para a titulação de terras, que passa de 2008 para 2012, regularizando propriedades com desconto, com prazo podendo ser estendido até dezembro de 2014, por intermédio de pagamento do valor total estabelecido pelo Incra. Outro ponto controverso é a alteração do tamanho das terras que isentam processos de vistoria, passando de tamanho máximo a 110 hectares para até 2500 hectares.

Agenda de destruição

Além dos projetos acima citados, também estão em curso: o PL 5518/20 – Concessões florestais, que flexibiliza o modelo de licitação e contratos para concessões florestais; o PL 6299/2002, que facilita a liberação de agrotóxicos no país e permite o registro de produtos cancerígenos; o PL 528/2021, que determina regras para a compra e venda de créditos de carbono no Brasil e o PL 490/2007, que estabelece um "marco temporal" para territórios indígenas.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Impunidade marca casos distintos de violência e mortes no Pará

Massacre em São Félix do Xingu e morte de testemunha do Massacre de Pau D'Arco seguem sob sombra de impunidade.

MÁRIO MANZI*

Xingu

Conhecido pelas atividades de preservação da floresta Amazônica, na região São Félix do Xingu (PA), onde mantinha um projeto de reprodução de tartarugas, José Gomes, o Zé do Lago, foi encontrado morto, junto aos corpos de sua esposa Márcia Nunes, e sua filha Joane Nunes, na propriedade da família, na região de Cachoeira do Mucura, às margens do Rio Xingu, no dia 9 de janeiro deste ano.

Segundo informações do jornal Folha de São Paulo, a área rural onde a família residia, seria reivindicada por Francisco Torres de Paula Filho, o Torrim, irmão do pecuarista João Cleber de Souza Torres, prefeito de São Félix do Xingu (PA). Conforme relatos, a família vivia no local há mais de 20 anos.

No local, os corpos foram encontrados em decomposição, com marcas de tiros, indicando que o triplo assassinato teria ocorrido dias antes, junto a 18 cápsulas de munição. Decorridos dois meses do crime, nenhuma prisão foi realizada, até o momento.

Em nota pública, divulgada no dia 13 de janeiro, a CPT Pará e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), junto a dezenas de organizações e movimentos sociais, repudiaram a impunidade de mais esse massacre no campo.

Segundo trecho da nota: "o município de São Félix do Xingu é conhecido por conflitos fundiários graves resultantes de ações de grilagens de terras públicas, desmatamento ilegal voltado à atividade da pecuária extensiva, invasões de terras indígenas e áreas de preservação, além da instalação de garimpos ilegais. Esses conflitos têm ocasionado assassinatos de lideranças, chacinas e trabalho escravo. Conforme dados da CPT, nas últimas quatro décadas, 62 trabalhadores rurais e lideranças foram assassinadas no município em conflitos pela posse da terra. Em nenhum dos casos houve julgamento de algum responsável pelos crimes, portanto, a taxa de impunidade é de 100%. Até o momento, não temos informações se o



Foto: Reprodução

crime tem motivação agrária, caberá à Polícia do Pará esclarecer as reais motivações da chacina. Apenas no estado do Pará, nas últimas quatro décadas, a CPT já registrou 29 massacres com 152 vítimas. No mesmo período, 75 lideranças foram assassinadas no sul e sudeste do Estado".

De acordo com nota divulgada pela Polícia Científica do Pará, o órgão foi acionado quando os corpos dos ambientalistas já haviam sido sepultados. A exumação, que é realizada apenas sob autorização judicial, ocorreu apenas no dia 16, mais de uma semana após o massacre.

Um ano de impunidade

Há um ano, completado no dia 27 de janeiro, o sobrevivente do Massacre de Pau D'Arco, ocorrido em maio de 2017, Fernando dos Santos, era executado na Fazenda Santa Lúcia, no município paraense de Pau D'Arco. A execução ocorreu na mesma área onde houve o massacre.

O crime, mesmo após pressão de organizações e entidades nacionais e internacionais, segue impune, o que reforça

que há uma morosidade do estado do Pará em prosseguir com as investigações.

Em nota publicada no mês de janeiro, a CPT Regional Pará, a SDDH, e a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap Articulação PA) destacaram que "Desde 27 de janeiro de 2021, as entidades defensoras de direitos humanos e aqueles que acompanham diretamente o caso, pautaram o Estado para que investigasse o assassinato de Fernando buscando esclarecer não somente a autoria do crime, mas também as motivações do crime, a eventual existência de mandantes e especialmente, a possível vinculação do homicídio de Fernando ao Massacre de Pau D'Arco. Contudo, as investigações foram encer-

radas 11 meses após sua morte sem as respostas necessárias e os inquéritos remetidos ao Ministério Público do Estado do Pará, que deverá apresentar denúncia contra os indiciados nos próximos dias. Em razão das inconsistências neste inquérito, a CPT e a SDDH protocolaram documento junto ao órgão público solicitando a continuidade das investigações.

As falhas técnicas, omissões e a morosidade extrema para a conclusão dos inquéritos que investigam os crimes contra Fernando demonstram de maneira gritante como a contumaz impunidade com relação aos crimes no campo perpetua a violência e continua fazendo vítimas, dia após dia. Ter sobrevivido ao maior massacre no campo paraense nos últimos anos, não foi suficiente para que Fernando fosse tratado com a mínima dignidade por este Estado, que ignorou as ameaças e atentados que a vítima sofreu, não lhe garantiu um mínimo de assistência social, material ou psicológica após o massacre e trata com evidente descaso seu assassinato." Fernando era uma das principais testemunhas do massacre e já havia sofrido diversas ameaças. Ele chegou a fazer parte do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas do Pará, mas decidiu voltar para a região da Fazenda Santa Lúcia, para lutar por sua terra. O Massacre de Pau D'Arco resultou na morte de 10 trabalhadores rurais.

A nota também cita o cenário de impunidade que envolveu a morte da família de ambientalistas em São Félix do Xingu e ressalta a necessidade de esclarecer quem são os responsáveis e quais foram as motivações de todas essas mortes.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Foto: Lunaé Parracho-Repórter Brasil



Nos territórios do Cerrado, ch

Recorde na liberação de agrotóxicos nos últimos anos acompanha incidência de flexibiliza

AMANDA COSTA*
ANDRESSA ZUMPARO*
E BRUNO SANTIAGO**

A 890 quilômetros de Teresina, adentrando o interior piauiense, Jovecino e Almerinda labutam para manter uma pequena produção de alimentos para o seu sustento. A dificuldade é percebida no preto das folhas do pé de laranja. Incomum. Oleoso. Grudento. O mesmo preto se estende por todo o teto da casa de adobe em que vivem na comunidade Chupé, município de Santa Filomena, Alto Parnaíba. Ali, o veneno, despejado nas imensidões de monocultivos no alto das serras, desce para os baixões e colocam em risco as plantações, os solos, as águas e, sobretudo, a vida das pessoas.

Naquele território, ao olhar para o céu, a volumosa e rica paisagem do Cerrado deu lugar a vazios angustiantes. Vazios esses preenchidos apenas pelo rastro de aviões pulverizadores de agrotóxicos em épocas de plantio. T-o-d-o-s os dias. “Até colher eles passam veneno todo dia. Quando planta soja é veneno todo dia.” A água que jorra da garrafa e garante vida à horta da família já não é segura. A lagoa de águas claras e esverdeadas corre o risco de se tornar imprópria. Os corpos, já desgastados, sentem na pele as marcas de doenças que antes, para eles, não existiam.

O contexto da contaminação de comunidades inteiras por agrotóxicos no Cerrado se acentua a cada ano, e nos últimos anos têm se evidenciado pela liberação indiscriminada de mais rótulos de pesticidas. Só em 2021, 562 novos produtos foram liberados pelo presidente Jair Bolsonaro, o maior número registrado em 21 anos, segundo a série histórica feita pelo Ministério da Agricultura. A publicação no Diário Oficial da União foi realizada no findar de dezembro e os números já somam 1.552 produtos venenosos liberados só nos três anos de mandato do presidente, quase metade (43%) do total de 3.550 produtos comercializados no país, segundo o levantamento da Agência Pública e da Repórter Brasil.

Ao mesmo tempo em que a utilização de agrotóxicos é ampliada e incentivada no país, cresce a devastação ambiental do Cerrado. Foi também nas últimas horas de 2021, em uma tentativa de não causar alarde, que os dados sobre o desmatamento do bioma foram publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e revelaram um cenário alarmante. Entre o período de agosto de 2020 e julho de 2021, o Cerrado brasileiro, considerando suas áreas de transição, perdeu 8.531 km² de vegetação nativa. O número representa um aumento de 7,9% em relação aos dados de 2020 e é a maior taxa desde 2015.

De acordo com a nota do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as

taxas mais expressivas de desmatamento se concentraram em três dos quatro estados que compõem a maior região de especulação imobiliária agrícola e expansão do agronegócio do Brasil, o Matopiba, sendo eles Maranhão, Tocantins e Bahia. A partir de análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a região bateu o recorde de desmatamento desde 2017, respondendo por mais da metade (61,3%) do total da vegetação do Cerrado suprimida no período, ou seja, 5.227,32 km² dos 8.531 km² registrados.

ocorreram no Cerrado e em suas áreas de transição.

Ainda de acordo com os dados da CPT, apresentados na denúncia da Campanha ao TPP, entre 2008 e 2018 os conflitos no campo envolvendo agrotóxicos triplicaram, com um pico em 2013 (20 casos). Os anos de 2019 e 2020 – os dois primeiros do mandato de Jair Bolsonaro – somam juntos 55 ocorrências, e representam recordes históricos de conflitos com agrotóxicos, sendo quatro vezes maior do que em 2008 (6 casos).

Foto: Andressa Zumpano – CPT



A ocorrência acelerada do desmatamento, ligado a diversos processos consolidados pelo agronegócio no país, como a financeirização de terras, se relaciona diretamente com normativas mais permissivas em relação ao uso de agrotóxicos. Neste contexto, as chapadas Cerradeiras são transformadas em lavouras de soja e milho, verdadeiros desertos entre plantios, e simultaneamente abrem espaço para a incidência de diversas violências contra populações camponesas, tradicionais e indígenas. E os agrotóxicos se consolidam como uma das principais armas nesse processo.

Desde 2008 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra situações de conflitos envolvendo agrotóxicos nos territórios. Dados sistematizados de 2008 a 2020 revelam a ocorrência de 186 situações de conflitos no campo, relacionados à contaminação pelas substâncias químicas. Segundo análise elaborada pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado para compor uma denúncia preparada ao Tribunal Permanente em Defesa dos Povos do Cerrado (TPP), deste número, 47,31%

O Tribunal Permanente em Defesa dos Povos do Cerrado (TPP), uma tribuna de visibilidade e de afirmação dos direitos dos povos expostos à violações graves e sistemáticas no campo brasileiro, conduzida desde o ano passado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, evidencia que “o desmatamento e a grilagem de terras, a expulsão dos povos, a seca dos rios e a contaminação das águas” configuram um crime de ecocídio e genocídio contra as populações do campo.

Pacote de veneno avança

O Estado se apresenta como o principal ator responsável pelas flexibilizações de políticas ambientais vigentes e pelo desmonte das instituições de fiscalização como Ibama e Anvisa. No dia 8 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro alterou a Lei dos Agrotóxicos, em vigor desde 1989. O Decreto N° 10.833 publicado no Diário Oficial da União traz, entre as séries de mudanças, a inserção do Ministério da Agricultura em mais processos referentes a fiscalização, regulamentação e uso de pesticidas. Com essa

Foto: Andressa Zumpano – CPT



Dona Almerinda regando a horta da família

ÓXICOS

muva de veneno se intensifica

ções ambientais, escalada de conflitos no campo e afeta comunidades inteiras no Cerrado.

alteração, cria-se uma categoria chamada “tramitação prioritária”, na qual o Ministério da Agricultura definirá a ordem de registro de novos produtos.

Segundo a engenheira agrônoma Fran Paula, educadora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) no Mato Grosso e pesquisadora sobre impactos dos agrotóxicos, “a flexibilização do registro de agrotóxicos e as aprovações dessas substâncias no Brasil tem sido a marca do governo Bolsonaro, que tem batido recorde de liberações. O decreto nada mais é do que uma estratégia dos setores ruralistas e da indústria química para legitimar o ‘Pacote do Veneno’ que está ancorado no PL 6299/2002”. A pesquisadora reforça que a alteração da Lei de Agrotóxicos “viola os direitos fundamentais, pois possibilita o registro de mais substâncias cancerígenas, mutagênicas, teratogênicas, que causam distúrbios hormonais e que tem um alto potencial de adoecimento na população”.

As mudanças têm como objetivo apressar a regulamentação de novos produtos, atendendo aos interesses econômicos do agronegócio no país. Como exemplo, o PL 6299/02, conhecido como ‘Pacote do Veneno’, aprovado com expressiva votação na Câmara dos Deputados, no dia 9 de fevereiro de 2022. “O projeto pautado na Câmara dos Deputados, representa um retrocesso e maior exposição e riscos à saúde humana”, alerta Fran.

Entre as principais armadilhas do projeto de lei estão a flexibilização do marco regulatório de agrotóxicos e a redução da proteção ao meio ambiente e à saúde, permitindo, agora, a liberação de pesticidas que causam doenças como o câncer, mutação genética e má formação fetal.

Caso Chupé

O território ribeirinho de Chupé, constituído pelas comunidades Barra da Lagoa e Chupé, finca raízes às margens do Riozinho, afluente do Rio Parnaíba, no município de Santa Filomena (PI). São cerca de 20 famílias ribeirinhas que ocupam tradicionalmente as terras, vivendo da subsistência do Cerrado, da pesca e da agricultura familiar. Em fevereiro de 2020, os moradores do território identificaram

resíduos de cor avermelhada e espumoso em uma das fontes de água das comunidades. Segundo os moradores, seria contaminação pelo agrotóxico 2,4-D, amplamente utilizado nas lavouras da região.



Seu Jovecino se banha no Rio Uruçuí Preto

O 2,4-D, um dos agrotóxicos mais utilizados no país, ficando atrás apenas do glifosato, teve sua aplicação banida em diversos países como Austrália e Canadá e está desde 2006 em processo de reavaliação pela Anvisa. A contaminação pelo fungicida tem graves efeitos ao corpo humano, sendo classificado como possivelmente cancerígeno, além de estar relacionado a patologias hormonais e reprodutivas.

Organizações socioambientais cobram a proibição do uso desta substância no país. Em nota, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos considera a decisão de manter o registro do pesticida irresponsável e que a mesma “foi influenciada pelo agronegócio, em especial pelas transnacionais agroquímicas que são as maiores interessadas em seguir obtendo lucros com a venda deste veneno”. O agrotóxico também possui riscos durante sua utilização, devido à ocorrência de deriva, quando a aplicação não atinge corretamente o alvo e se espalha pelo solo e águas, contaminando a vegetação e os rios, como ocorre no Território de Chupé.

“Minhas plantas estão com sinal de veneno, as laranjas estão ficando com as folhas pretas, tipo um ‘grude’. Tô vendo até nas telhas da casa, estão com um sujo

tipo uma poeira com óleo, até dentro de casa. Isso nunca tinha acontecido antes... Eles passam jogando de avião por cima de casa, tanto vindo dos municípios de Santa Filomena, como de Baixa Grande”, relata

Foto: Andressa Zumpano – CPT

nidades tradicionais do Cerrado. De acordo com informações da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), moradores de regiões rurais são os mais afetados pela intoxicação de pesticidas, mas nenhum grupo está isento. “Mesmo nos grandes centros urbanos, os consumidores também são afetados ao ingerirem água, frutas, verduras e, até mesmo, produtos industrializados”, enfatiza Ada Cristina Pontes Aguiar, professora na Faculdade de Medicina na Universidade Federal de Cariri, no Ceará, e pesquisadora da Abrasco.

Segundo relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa, 232 tipos de pesticidas foram monitorados em 25 alimentos diferentes que são consumidos pelos brasileiros. Do total de 12 mil amostras analisadas, aproximadamente 20% possuíam resíduos “que excederam os níveis permitidos por lei ou apresentavam agrotóxicos não autorizados para a cultura em que foram identificados”.

Ainda de acordo com dados da Abrasco, problemas de saúde causados pela exposição ou ingestão de alimentos contaminados podem aparecer de 24 a 72 horas após o ocorrido, sendo os sintomas mais comuns a diarreia, febre, vômito, dores na cabeça e abdômen.

A pesquisadora também aponta para o risco que todos corremos por conta da ingestão cotidiana de pequenas doses destes compostos químicos por um longo período de tempo. “Depois de cinco a 20 anos, o paciente pode apresentar problemas neurológicos, câncer, doenças no fígado, desregulações endócrinas, malformações congênitas, puberdade precoce. Inclusive, estudos têm mostrado relações dos agrotóxicos com Parkinson, Alzheimer e síndrome metabólica”, explica.

Jovecino, ao destacar os riscos de pulverização diária durante o período da safra de soja, que coincide com as chuvas.

Moradores do território também relatam que o principal fazendeiro da região, João Augusto Philippsen, proprietário da fazenda J.A.P, utiliza a aplicação de veneno também como uma tentativa de expulsão das comunidades do território. Em nota publicada pela CPT Piauí expondo o caso de contaminação das águas do Rio Riozinho, destaca-se a denúncia de intimidação por parte de João Philippsen. “O fazendeiro disse às famílias que usou o agrotóxico para matar uma moita de mato dentro de sua propriedade e que elas deveriam sair dali e ir morar na cidade. Afirmou ainda que cercará toda a área de uso coletivo do território, área essa utilizada pelas famílias para criação de animais e plantio de legumes. É importante destacar que o brejo contaminado deságua no Rio Riozinho, que, além de ser utilizado pelas famílias do território, é um dos afluentes do Rio Parnaíba, importante fonte hídrica do Piauí e do Maranhão”.

Saúde coletiva

Os danos à saúde provocados por agrotóxicos não estão restritos às comu-

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

**Assessor de comunicação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Dos 6 assassinatos no campo em 2022, no Brasil, 5 foram na Amazônia

Em 2021, os assassinatos na Amazônia Legal referentes a conflitos no campo, corresponderam a 73% das mortes no campo no país.

MÁRIO MANZI*

A Amazônia está em franca disputa e é palco convulsionado por conflitos no campo, conforme revelam os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT). Em 2021, dos 26 assassinatos no campo, conforme dados parciais divulgados em dezembro passado, 19 ocorreram na Amazônia Legal, o que representa 73% do total de assassinatos no Brasil. Este ano, dos 6 assassinatos, 5 ocorreram na região.

O estado do Maranhão registrou o primeiro assassinato deste tipo, este ano, no dia 08 de janeiro, tendo sido sucedido cronologicamente por Amazonas, no dia 8 de fevereiro, e por Rondônia, que registrou assassinatos no dia 17 de fevereiro.

Maranhão

No dia 03 de janeiro de 2022, o quilombola José Francisco Lopes Rodrigues, de 55 anos, sofreu um atentado, na comunidade Cedro, em Arari-MA. Francisco foi baleado por pistoleiros quando estava com sua neta de 10 anos - a criança

também foi atingida por tiros. Encaminhado para o Hospital Socorrão 2, na capital maranhense, Francisco faleceu cinco dias após o crime.

Entre 2020 e 2022, foram registrados cinco assassinatos de quilombolas. Todos eles na baixada maranhense, o que indica que os conflitos por terra na região de Arari seguem belicosos. Os cinco mortos eram militantes do Fóruns e Redes de Cidadania, que defrontavam os cercamentos dos campos naturais por parte de latifundiários e grileiros da região. Os campos naturais são de uso comunal e constituem o território tradicional, tendo sido utilizados pelos autores das violências para monocultivo de arroz transgênico e criação de búfalos.

No início deste ano, quilombolas da Vila Palmares, município de Acará, localizado no nordeste do Pará, expuseram também que seguranças terceirizados e funcionários da empresa Agropalma S.A, produtora de óleo de dendê, foram à comunidade armados e usando capuzes, onde fizeram escavações para encurralar os quilombolas. A empresa fornece óleo de palma para a gigante de alimentos Nestlé, como indicam documentos tornados públicos pela multinacional da Suíça.

Foto: Reprodução



Casal de camponeses do Acampamento Thiago dos Santos, assassinado no mês de fevereiro em Rondônia

Sul do Amazonas

Região convulsionada por conflitos por terra, Lábrea e Boca do Acre (AM), registrou, no dia 8 de fevereiro, o assassinato do casal de agricultores Sebastião David Pereira e Maria Aristides da Silva. Os dois viviam no Projeto de Assentamento (PA) Monte. Segundo informações de lideranças locais e da CPT Regional Acre, que acompanha a região, o crime pode ter como motivação a disputa por terras.

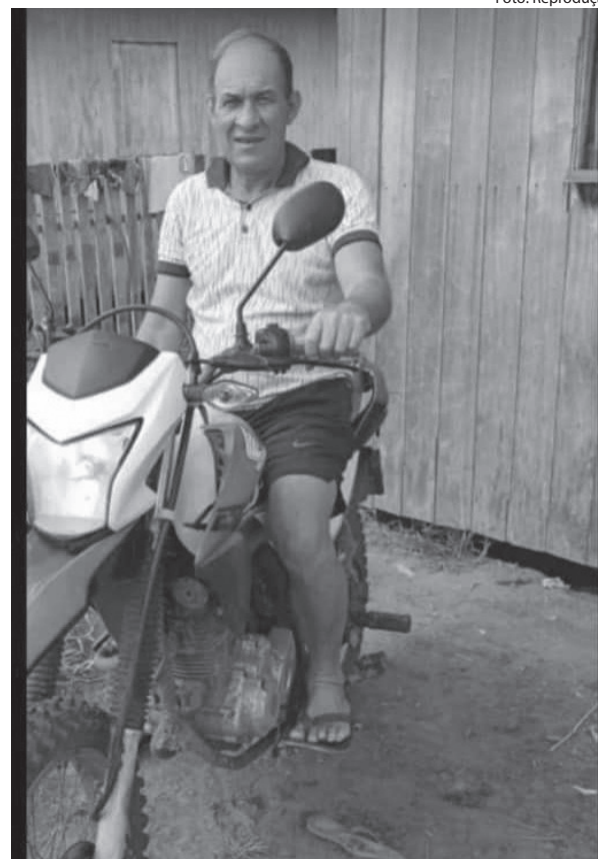


Foto: Reprodução

Sebastião David Pereira, assassinado junto de sua esposa no sul do Amazonas.

Documentos do Incra atestam que há 940 famílias assentadas no PA Monte, criado ainda no ano de 1994. De acordo com informações locais, há, no entanto, menos de 20% dessas famílias na área, dada a pressão exercida pelos grandes fazendeiros que cercam a região e têm interesses particulares na área. As famílias tentam a retomada de cerca de 300 lotes, e estão aguardando serem reassentadas.

O casal foi assassinado a tiros por duas pessoas encapuzadas, em uma emboscada. Uma filha dos agricultores, de 13 anos de idade, também foi baleada e está hospitalizada. Desde 2018, como informa o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT) ocorreram 14 assassinatos no estado do Amazonas.

Rondônia

O casal de camponeses, Ilma Rodrigues dos Santos, 45 anos, e seu marido Edson Lima Rodrigues, 43, foi assassina-

do com tiros na cabeça no dia 17 de fevereiro. Os dois viviam no Acampamento Thiago dos Santos. Ao lado dos corpos do casal estava a camionete de propriedade deles, que foi incendiada. O duplo assassinato ocorreu na região da 8ª Linha do Ribeirão, no Distrito de Abunã, localizado a 200 quilômetros de Porto Velho (RO).

O acampamento em questão foi nomeado em homenagem a Tiago Campin dos Santos, agricultor que integrou a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e foi morto, em julho de 2018, aos 23 anos de idade, durante ação policial em Nova Mamoré (RO).

Massacre

Segundo dados do Cedoc-CPT, Rondônia registrou o segundo maior aumento no número de conflitos por terra na região Norte. Foram 133 ocorrências, perfazendo 62%

a mais do que em 2019.

O estado registrou, em 2021, um massacre na área da fazenda Santa Carmem, região de Nova Mutum, distrito de Porto Velho, Rondônia, no Acampamento Ademar Ferreira. No dia 13 de agosto daquele ano, três camponeses foram mortos pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da PM de Rondônia e pela Força de Segurança Nacional (FSN). As vítimas eram: Amarildo Aparecido Rodrigues, 49 anos; Amaral José Stoco Rodrigues, 17 anos e filho de Amarildo; e Kevin Fernando Holanda de Souza, 21 anos. Este foi morto enquanto tentava fugir da perseguição policial e dos projéteis disparados de um helicóptero. Kevin foi atingido por tiros de fuzil no corpo e na moto que pilotava. Ele deixou a esposa grávida. Foram mortos, também, Amarildo era pai de uma criança pequena, e Amaral, de 17 anos, cursava o ensino médio.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

INCIDÊNCIA JURÍDICA

CONTAG e CPT propõem ao STF Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a destinação de terras públicas da União

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) vêm acompanhando nos últimos anos a destinação de terras públicas da União para finalidades que não cumprem o que determinada a Constituição Federal de 1988. Da mesma forma, a partir de demandas dos estados de Roraima, Amapá e Rondônia, a CPT vem debatendo os impactos dessas ações para os povos e comunidades do campo. A partir disso, as duas entidades passaram a debater a questão da transferência e doação de terras de domínio federal para os referidos estados, sem a observância da correta destinação. Todo esse debate resultou na proposta de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que foi protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), no último dia 15 de dezembro, sob o número ADI 7052.

CRISTIANE PASSOS*

“Com esta proposta de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o nosso objetivo é que sejam observados, pelo STF, os critérios de destinação de terras públicas da União, conforme determina a Constituição Federal de 1988, com especial respeito à destinação das terras rurais federais em favor de indígenas, quilombolas ou trabalhadores(as) com aptidão para os projetos e programas de reforma agrária e proteção do meio ambiente”, destacou o secretário de Política Agrária da CONTAG, Alair Luiz dos Santos.

A preocupação de ambas organizações é que esse processo se dê de forma adversa, sem que sejam cumpridas as garantias constitucionais. A doação, conforme processos em andamento, afeta de maneira direta, terras em comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e mesmo áreas de assentamentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para a CPT, a ADIN é de extrema relevância para preservar os direitos constitucionais dos povos camponeses e comunidades tradicionais que têm sido diretamente afetadas, em função do não cumprimento da destinação de terras públicas para materialização da função social da terra e preservação do meio ambiente equilibrado.

O que essa Ação significa para os povos do campo?

A ADI apresenta algumas propostas de medidas, como o pedido para que o STF conceda medida cautelar com base na Constituição Federal; manifes-

tação do Presidente da República; manifestação das duas Casas do Congresso Nacional, que aprovaram as disposições questionadas; a intimação da Advocacia-Geral da União para que se manifeste sobre o mérito da demanda, nos termos da lei; diálogo com o Procurador-Geral da República; entre outras medidas.

Para a coordenadora nacional da CPT, Isolete Wichinieski, “É garantia constitucional os direitos dessas comunidades de usufruir e permanecer em seus territórios, com preservação de seus modos de vida. A ADI afirma, também, a importância de destinação das terras que são públicas para aqueles a quem é de direito, de acordo com a Constituição Federal”.

Em artigo, o desembargador aposentado do TRF-4, Manoel Lauro Volkmer de Castilho, explica o que significa essa ADIN. “Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade é uma ação judicial em que uma pessoa jurídica habilitada nos termos da Constituição pede uma declaração de

que a lei ou ato normativo questionado contraria ou não a Constituição. Assim, a ação ou é procedente porque contraria a Constituição e o Tribunal então declara sua inconstitucionalidade, ou o Tribunal julga improcedente o pedido quando a lei é no mesmo sentido da Constituição dizendo então que ela é constitucional. Mas há casos em que a lei ou o ato normativo que se quer discutir pode permitir mais de uma interpretação seja porque a redação dela é ambígua, seja porque é incompleta, seja porque com o tempo os costumes ou práticas vão se modificando, ou enfim, porque de fato ela pode ter sentido indeterminado que é preciso acomodar diante dos princípios constitucionais. Nessas hipóteses, a jurisprudência do Tribunal tem admitido uma terceira posição. Isto é, tem admitido que a ação possa ser procedente mas sem declarar a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo questionado. Em outras palavras, o Tribunal diz que a lei vale, mas a ela se deve dar apenas a

interpretação que seja compatível com a Constituição Federal. É o que se chama de interpretação conforme a Constituição, e constitui modalidade muito utilizada para esclarecer qual o sentido correto da lei em face da Constituição. E é assim porque o sentido da Constituição deve sempre prevalecer e então as leis inferiores só valem se estiverem conforme a Constituição”.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade pede, basicamente que: o Tribunal Supremo declare que a União só pode entregar: a) terras que não estão aplicadas a seus serviços e que por isso estão aptas à reforma agrária; b) que não se caracterizem como necessárias a proteção ambiental; c) e que não estejam ocupadas por indígenas, quilombolas ou populações tradicionais ainda que essa ocupação não esteja reconhecida oficialmente. Pede-se, também, que os estados, ao receberem as terras, respeitem essas mesmas circunstâncias protegidas na Constituição Federal.

Sendo assim, as organizações pedem ao STF que o Tribunal declare que as terras federais entregues aos estados devem ser aplicadas conforme a Constituição em processos de distribuição ou reforma agrária, de forma que garanta que essas finalidades sejam rigorosamente observadas e não sejam desviadas ou ignoradas pelos estados, dando acesso às terras públicas e à propriedade a quem não as detenha. Para Volkmer, “quando o Tribunal julgar a ação vai então afirmar que as leis referidas serão constitucionais somente se forem aplicadas em estrita obediência aos critérios constitucionais da reforma agrária, da função social da propriedade e da rigorosa atenção aos critérios legais de regularização das ocupações (já existentes) no mesmo sentido exigido para a reforma agrária”.

Foto: Edson Sato - ISA



*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

MULHERES

Mulheres do Cerrado clamam pelo direito à vida com dignidade

Foto: Ludmila Almeida

Nós, mulheres do Cerrado, nos reunimos para fazer ecoar as nossas vozes. Somos indígenas de vários povos. Pertencemos às comunidades quilombolas; da agricultura familiar e camponesa dos assentamentos da reforma agrária; às comunidades tradicionais vazanteiras, retireiras, veredeiras, pantaneiras, pescadoras artesanais que habitam as ilhas e beiras dos rios que nascem no Cerrado, como o São Francisco, o Araguaia, o Tocantins e o Paraguai. Somos também apanhadoras de flores na Serra do Espinhaço; somos do pastoreio do gado “na larga” no Pantanal; somos protetoras e defensoras do uso social dos produtos da “mãe palmeira” do babaçu; somos as raizeiras que conhecem o poder de cura das plantas; somos geraizeiras e das comunidades de fundo e fecho de pasto que trabalham o artesanato de capim dourado e fazem roças e criam pequenos animais nos quintais produtivos.

Nossas identidades expressam modos de vida nos nossos territórios ligados ao movimento das águas, à diversidade da flora e da fauna, às roças de sequeiro, varjão ou vazante; às práticas ancestrais de armazenamento, troca, cultivo e manejo de sementes cultivadas e nativas de nossas culturas alimentares. Vivemos uma relação harmoniosa e respeitosa com a natureza em nossos sistemas agrícolas tradicionais. Praticamos a agroecologia em convivência com as características específicas dos ecossistemas segundo o princípio da diversidade. Produzimos alimentos saudáveis para o autoconsumo, comercialização e geração de renda.

Somos as guardiãs do Cerrado e dos saberes tradicionais que herdamos das nossas ancestrais. Expressamos a sociobiodiversidade cerradeira que exige respeito aos nossos modos de vida, base da garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades e da sociedade.

Nossos anúncios e resistência em defesa da soberania alimentar e da sociobiodiversidade

As principais armas por meio das quais opera o processo de ecocídio contra o Cerrado (os agrotóxicos, a expropriação da terra, o desmatamento, os incêndios, a captação intensiva de água pelo agronegócio e exploração de nossos solos pela mineração) afetam desproporcionalmente a nós mulheres, nossos corpos, nosso coti-



diano. Em outras palavras, os nossos corpos são territórios onde se materializam o ecocídio-genocídio, sobretudo em razão dos papéis sociais de cuidado e reprodução social das famílias e comunidades socialmente atribuídos a nós.

Nós, mulheres, além de atuarmos ativamente com nosso trabalho e conhecimento na conservação e proteção dos ecossistemas, sustentamos as práticas que constituem as identidades culturais dos povos do Cerrado, como no preparo dos alimentos, no cuidado das roças, hortas e quintais produtivos, na lavagem coletiva de roupa, nos cantos, no preparo de medicações tradicionais, na condução das rezas, benzimentos e nossos rituais e na feitura de artesanatos que enfeitam e são úteis nas roupas, nas casas, nos barracões comunitários, nas festas e encontros. Nossos corpos se tornam espaços de transformação do ecocídio do Cerrado em genocídio (cultural) de seus povos. Em primeiro lugar porque a contaminação dos nossos corpos por agrotóxicos implica em maior incidência de abortamento e danos ao leite materno, impactando a saúde coletiva e a reprodução biológica nas nossas comunidades. Além disso, as práticas lideradas por nós são vitais para a manutenção, continuidade e transformações autônomas dos modos de

vida dos povos e comunidades, especialmente as mudanças necessárias em relação aos nossos direitos como mulheres, numa sociedade patriarcal e racista. O impedimento ou obstáculos à realização dessas práticas, e da nossa própria ação política enquanto mulheres, em razão do ecocídio - que destrói e contamina nossas roças, medicações, campos de extrativismo, águas - é a própria materialização do ecocídio em genocídio cultural.

Não podemos aceitar que nossos corpos sejam tratados como descartáveis pelas economias da devastação que se instalam nos territórios e no seu entorno nesse processo de “desenvolvimento”, que historicamente tem significado o ecocídio do Cerrado. Nesse processo, as grandes fazendas e os grandes projetos contratam os homens das nossas comunidades em trabalhos precarizados, enquanto promovem o aumento da exploração sexual e o aumento do assédio e da violência contra nós mulheres, nossas filhas, irmãs e companheiras, com a chegada de empreendimentos e suas forças privadas de segurança, com perspectivas de objetificação de corpos e sexualidades, especialmente sobre nossas meninas e jovens.

Estamos plenamente cientes de que a violência contra os ecossistemas e os po-

vos do Cerrado não se instauraram sem as decisões dos poderes públicos. Em todos os territórios, as narrativas das mulheres expressam o descontentamento frente ao alinhamento dos agentes públicos executivos, legislativos e judiciários com este modelo de exploração econômica.

Essa realidade se agrava, porém, no contexto de destruição de políticas e direitos duramente conquistados ao longo do tempo pelo atual governo, que não esconde suas posições pautadas pela misoginia, o racismo e o antiambientalismo. A dominação da natureza e a subordinação das mulheres, em especial negras e indígenas, são dimensões complementares de uma racionalidade que se funda no apagamento das diversidades e na produção de sistemas de violências.

Diante de tudo isso, nós mulheres temos nos mobilizado enquanto corpos-territórios de resistência ao crime sistemático de ecocídio-genocídio contra o Cerrado e seus povos. Somos partícipes do presente e geradoras de futuros para o Cerrado, que se alimentam da nossa ancestralidade para construir caminhos social e ambientalmente justos.

8 de março de 2022
Articulação das Mulheres do Cerrado



Gabriel Boric é eleito presidente do Chile



Em disputa polarizada, o representante da esquerda e ex-líder estudantil venceu o ultradireitista José Antonio Kast. Com apenas 35 anos, ele será o presidente chileno mais jovem da história.

O candidato de esquerda Gabriel Boric foi eleito presidente do Chile no dia 19 dezembro de 2021 e será, aos 35 anos, a pessoa mais jovem da história a ocupar o cargo. Boric, que já foi deputado e líder estudantil, derrotou no segundo turno o advogado José Antonio Kast, candidato da extrema direita, em uma eleição marcada pela polarização política.

Ele teve 55,9% dos votos, contra 44,1% de Kast, e o candidato da extrema direita telefonou para Boric, reconhecendo a derrota e parabenizando-o pela vitória.

Boric havia ficado em segundo lugar no primeiro turno, com 25,82% dos votos. Kast teve 27,91%. É a primeira vez em três décadas, desde a redemocratização, que um candidato que não venceu o primeiro turno ganha a eleição. A posse de Boric ocorre em março. (Via G1)

Encontro Continental sobre Juventude e Agroecologia é realizado na República Dominicana

Jovens da CLOC-Vía Campesina se reuniram entre os dias 21 e 24 de janeiro de 2022 no município de Peralta, província de Azua, República Dominicana, para realização do Encontro Continental sobre Juventude e Agroecologia. Representantes de 11 países da América do Sul, América Central, América do Norte e regiões do Caribe debateram o contexto atual, suas culturas de luta, internacionalismo, agroecologia e solidariedade.



No atual contexto, em que o mundo enfrenta grandes crises sociais, políticas, sanitárias e econômicas, os jovens reafirmaram seu compromisso em defender a agroecologia como princípio importante na luta pela soberania alimentar e pelos direitos dos camponeses.

Também se solidarizaram com os países de Cuba, Haiti, Porto Rico, Nicarágua, Venezuela, que hoje oferecem resistência à interferência dos países capitalistas e neoliberais, do agronegócio e das corporações transnacionais. Denuncia-

ram, ainda, as tentativas de criminalização de suas lutas, que atacam a soberania dos povos e causam deslocamentos forçados e migrações.

A concentração da vacina COVID-19, monopolizada pelos países ricos e que viola o direito à saúde dos países pobres, foi outro ponto de denúncia. Como encaminhamento do encontro, os jovens se comprometeram a continuar promovendo as bandeiras de luta do movimento CLOC - Via Campesina e a fortalecer o caminho construído pela articulação da Juventude do campo e da cidade. A JUVENTUDE É AGROECOLOGIA, PRESENTE E FUTURO DA VIA.

(Via Cloc - Via Campesina)

"Guerra Fria 2.0": Rússia pode ter presença militar em Cuba e Venezuela?

Impasse sobre as exigências de segurança da Rússia à Otan faz Moscou mirar retórica geopolítica para a América Latina.

Enquanto o diálogo entre Rússia e Estados Unidos segue belicoso em meio à crise com a Ucrânia, a diplomacia russa disse estar considerando várias opções para garantir sua própria segurança, admitindo a possibilidade de expandir a sua presença militar em países da América Latina.

O vice-chanceler russo, Serguei Ryabkov, não descartou que, se as negociações com o Ocidente sobre garantias de segurança que Moscou vem exigindo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) falharem, medidas como a implantação da infraestrutura militar russa em Cuba e na Venezuela poderiam ser tomadas. O aceno da diplomacia russa em aumentar a sua presença militar na América Latina surge no contexto do impasse em que se encontra a relação entre Moscou e o Ocidente. A Rússia exige que os EUA e a União Europeia forneçam garantias de segurança relacionadas à não expansão da Otan perto das fronteiras russas, ultimato que o Ocidente não parece estar disposto a ceder.

Para o diretor do Centro de

Estudos Ibero-americanos da Universidade de São Petersburgo, Victor Jeifets, dificilmente Moscou está de fato planejando uma incursão na América Latina com a implantação de bases militares, mas destacou que a retórica serve como um recado aos EUA. De acordo com ele, gostando disso ou não, a América Latina é enxergada pelos EUA como seu "quintal", da mesma forma que o espaço pós-soviético é enxergado pela Rússia.

"Com o aumento do número de bases militares dos EUA e da Otan perto das fronteiras da Rússia, me parece que o Kremlin dá a entender: 'Em qualquer caso, nós também podemos estar perto de suas fronteiras'. Pode ser que não exatamente na fronteira, mas no Caribe, e assim os EUA poderiam sentir a mesma coisa que a Rússia vivencia", diz.

A declaração do vice-ministro das Relações Exteriores russo gerou imediata reação da diplomacia estadunidense. O conselheiro de segurança nacional, Jake Sullivan, declarou que os Estados Unidos irão agir de forma decisiva se a Rússia tentar entrar na América Latina com seus militares.

(Via Brasil de Fato)



PÁGINA BÍBLICA

No coração do Evangelho

Damos continuidade à análise de Sandro do Evangelho de João

SANDRO GALLAZZI*

1.2.1.4. As tendas (7,1-10,21)

Estamos no coração do Evangelho. A polêmica torna-se mais forte, mais intransigente, mais cerrada. Trata-se de uma festa que os cristãos não celebraram mais. Era a festa dos inúmeros sacrifícios pelo pecado (ler Nm 29 para ter uma ideia). Era a maior festa para o templo, porque muito dinheiro era arrecadado. Ela substituiu a antiga festa popular da colheita da uva.

Neste momento os dois grupos se excomungam reciprocamente:

Vocês são filhos do demônio e querem realizar os projetos de seu pai que foi homicida desde o princípio... e é o pai da mentira... Tu és samaritano... tu estás louco. (Jo 8,31-59)

Jesus revive a situação da comunidade de João, até a expulsão da sinagoga:

Os chefes dos judeus já tinham decidido expulsar da sinagoga quem reconhecesse Jesus como Messias (Jo 9,22). Em contraste, uma adúltera que, no templo, não é condenada, mas recebida, sem precisar de sacrifícios, enquanto todos os outros são obrigados a sair do templo, um a um, a começar pelos "presbíteros", porque, apesar de todos os sacrifícios que fazem, continuam no pecado por não estar do lado da VIDA e da VERDADE. (Jo 9,22 / Jo 8,1-11)

O mesmo acontece com um cego que volta a ver e uma sinagoga que não sabe ver o sinal, por ter os olhos tapados pela lei, o pior tipo de cegueira. Por isso eles não serão mais os pastores do povo: eles são ladrões ou mercenários. "Eu sou o bom pastor e dou a vida pelas ovelhas".

12.1.5. A festa da dedicação (10,22-42)

Outra festa que os cristãos não incluíram no seu calendário litúrgico. Era a memória da recuperação e puri-

ficação do templo por Judas Macabeu

O conflito chega a seu ponto máximo: é a decisão de matar Jesus, seja porque é um blasfemador, seja porque é um subversivo que pode criar problemas para Roma. (Jo 10,33 / Jo 11,48)

Porém a hora de Jesus é hora de vida e não de morte. Em Betânia, a casa do pobre, Lázaro é restituído à vida e é proclamada a fé na vida, na ressurreição: "Eu sou a ressurreição e a vida!" (Jo 11,25).

1.2.1.6. A terceira Páscoa (11,55-19,42)

É a hora do Messias. Somente Betânia aceita Jesus; Jerusalém o rejeita definitivamente. Jesus se entrega espontaneamente à morte, enfrenta o conflito com uma dignidade impressionante. Não é o Servo sofredor dos sinóticos. É um rei que debate de igual para igual com os chefes do templo e do palácio. E, como um rei diferente e alternativo, sobe à cruz, como a um trono. Pilatos foi obrigado a escrever isto nas três línguas usadas na região: latim, grego e hebraico:

JESUS DE NAZARÉ, REI DOS JUDEUS. E vai ficar assim para sempre: Pilatos não muda a escrita, apesar das pressões dos judeus. (Jo 19,19)

Novo rei e novo cordeiro imolado. Páscoa definitiva. A HORA CHEGOU!

Não é preciso continuar esperando outros Messias.

Foi assim que a comunidade de João respondeu ao desafio do Concílio de Jâmnia.

1.2.2 O diálogo com o movimento gnóstico

Havia outro desafio: precisava responder à tentação espiritualista e individualista do movimento gnóstico. Em sua 1ª carta João enfrenta a fundo este movimento que ele chama de "anti Cristo", de quem nega que Jesus se fez homem e dizem que só é suficiente a fé no filho de Deus. João reafirma que não basta a fé, é preciso amar o irmão de verdade. Fé e amor são um único mandamento. É a grande síntese de toda a escritura: Deus é amor e quem ama, está em Deus e

tudo, falará de conhecimento (57 v.) e de mundo material (78 v.).

É uma terminologia próxima a do mundo gnóstico, assim como os longos diálogos de Jesus, o mestre, com Nicodemos, com a Samaritana, com os fariseus e, sobretudo, com os seus discípulos, diálogo que ocupa os 5 capítulos da última ceia, marcados pela experiência do encontro vivificador entre Jesus e o "discípulo amado".

Ao contrário, porém, de muitos textos gnósticos, não é o Jesus ressuscitado que fala e revela o caminho. É o

Jesus que se prepara para o confronto final com o "mundo" e o "príncipe deste mundo". É o Jesus que se prepara a morrer e que nos prepara a morrer em testemunho da verdade.

O texto é marcado por "sete sinais" que indicam o caminho a ser seguido pelas comunidades. São sinais de vida e, mesmo mantendo toda a sua carga simbólica, são sinais de corporeidade, de materialidade que nos provoca ao serviço dos irmãos.

- O vinho das bodas de Caná

- A cura do filho do funcionário real (Jo 2,1-11 / Jo 4,48-54)

- O paralítico da piscina de Betesda (Jo 5,1-18)

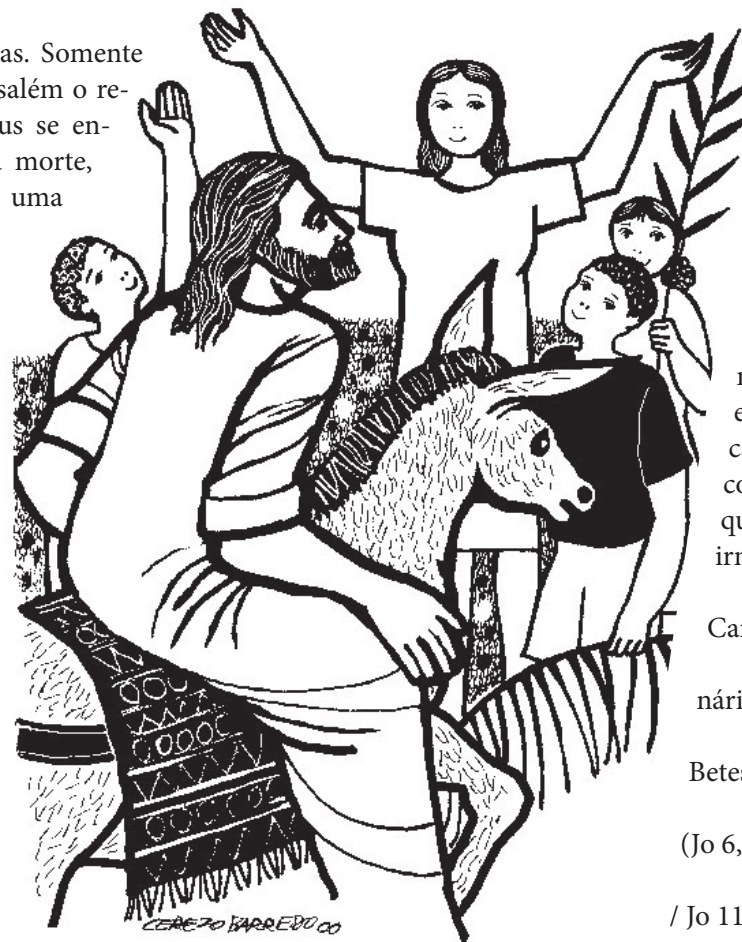
- O pão repartido entre todos (Jo 6,1-15 / Jo 6,16-21)

- Jesus vence o mar (Jo 9,1-41 / Jo 11,1-31)

- O cego curado

- Lázaro Volta à vida

Esta é a verdade que nos liberta (8,32) e que deve ser feita. Jesus é a verdade (14,6) e nos vai mandar o Espírito de verdade (14,17) para fazer como ele fez.



Deus nele. (1Jo 2,22 / 1Jo 3, 14 - 18 / 1Jo 3, 23 / 1Jo 4, 2 - 3 / 1Jo 4, 4-12)

O Evangelho de João vai incorporar elementos importantes do movimento gnóstico: falará de logos = palavra (17 vezes), de glória (19 v.), de luz (23 v.), de verdade (25 v.) e, sobre-

ARTIGO

Os impactos do Programa Titula Brasil na regularização fundiária e reforma agrária

LORRANY LOURENÇO*

Foto: Arquivo CPT Nacional

Em 1998, a Constituição da República Federativa (CF) instituiu a reforma agrária como uma política de estado. O capítulo III, que trata “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, trouxe alinhamento institucional com outras políticas definidas no Capítulo II, que trata “Dos Direitos Sociais”: política de educação; saúde e seguridade social. O texto da Reforma Agrária define a competência para a sua aplicação, bem como os orçamentos e instrumentos jurídicos, orientados para cumprimento da Função Social da Propriedade Rural.

A Reforma Agrária tem por objeto a redução das desigualdades sociais, a superação da má distribuição de renda e riquezas e da concentração da propriedade rural. Por esses motivos, a Constituição Federal considera a Reforma Agrária como uma política de efetivação dos direitos fundamentais, como o direito à moradia.

A política de Reforma Agrária e Fundiária vem sofrendo reformulações desde a promulgação da Constituição. A maioria das alterações ocorridas servem aos interesses de governos, especialmente daqueles com maior aproximação com a Bancada Ruralista.

Após o golpe em 2016, o acesso à terra vem sofrendo grandes retrocessos, entre eles estão as alterações legislativas, que tem por finalidade burocratizar a destinação de novas terras à Reforma Agrária, a redução orçamentária, a militarização dos órgãos executivos e o sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Entres tais alterações legislativas, está a Medida Provisória nº 759/2016, que foi transformada na Lei Federal nº 13.465/2017, apelidada de Lei de Regularização Fundiária, a qual dispõe sobre a “regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assenta-



dos da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União”.

O Programa Titula Brasil criado mediante a Portaria Conjunta nº 1, de 2 de dezembro de 2020, da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF-MAPA) e do (INCRA), regulamenta a emissão de títulos individuais previstos na Lei de Regularização Fundiária de terras públicas federais e em áreas de assentamento. Com o Titula Brasil, o governo transfere aos municípios o papel de regularização fundiária que antes era exercido pelo Incra, instituindo assim, os Núcleos de Regularização Fundiária municipais.

Cabe aos Núcleos municipais propor projetos de Reforma Agrária

em terras públicas federais, que fazem parte de suas jurisdições, tendo como finalidade a regularização fundiária após firmar acordo de cooperação técnica Incra.

Diante do exposto, é possível concluir que, o Programa Titula Brasil faz parte do rol de medidas do governo Bolsonaro para expandir o agronegócio e a privatização de terras públicas federais, principalmente na Amazônia Legal e nas áreas que já foram destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Fica óbvio que o intuito de emitir de forma massiva os títulos de domínio para assentamentos faz com que os trabalhadores rurais percam a possibilidade de acessar os recursos do PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS, instituído pela Lei nº 12.512 (14/10/2011), e regulamentado pelo

Decreto nº 7.644 (16/12/2011), o que desobrigada o estado a ter responsabilidade com esses grupos e leva a uma conjuntura de empobrecimento dos assentamentos.

Tal medida torna mais suscetível a reconcentração das terras através da comercialização de lotes nos assentamentos, uma vez que, muitos assentamentos não foram contemplados com todas as políticas públicas previstas no PNRA e muitos assentados se encontram em situação de empobrecimento. Vale reiterar que, os possíveis efeitos do Titula Brasil vão de encontro com a CF, onde traz o princípio da função social da propriedade e a distribuição de forma igualitária da terra como fontes orientadoras da política de Regularização Fundiária e da Reforma Agrária.

*Advogada, atua na CPT Araguaia – Tocantins.

*** OBRIGADA! ***

**A TODOS QUE CONTRIBUÍRAM, POR TORNAR POSSÍVEL A
RECUPERAÇÃO DE NASCENTES NO CERRADO**

Com a sua ajuda, a CPT Nacional arrecadou **R\$ 42,814 mil** para salvar as nascentes que estão em risco. Junto com as comunidades, seguimos na luta em defesa do nosso Cerrado.



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal,
 Agência: 4520 - Conta Corrente: 648-6 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ/PIX: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA